

Classes populares, cultura política e Constituinte (1984-1988)

Popular classes, political culture e Constituent (1984-1988)

Charleston José de Sousa Assis^{*}

Resumo: O presente artigo tem por objetivo investigar a cultura política dos brasileiros nos anos da transição para a democracia a partir das sugestões da população à Assembleia Nacional Constituinte, encaminhadas por carta ao Congresso Nacional. As cartas analisadas no presente artigo integram um conjunto documental composto por 72.719 missivas encaminhadas entre os anos 1986 e 1987, nas quais ficaram registradas as queixas, as reivindicações, as sugestões, os elogios, as decepções e os sonhos dos brasileiros que, em maior ou menor grau, acreditavam estar participando da construção de novo um país. Tais registros foram cotejados com outros contemporâneos seus (músicas, novelas, programas televisivos), oriundos de outros espaços, como as empresas de comunicação, de entretenimento e partidos políticos, através da qual se observa a correspondência temática e semântica entre eles. Na análise dos discursos dos missivistas considera-se que os mesmos integram a categoria de classes populares, entendida enquanto uma conformação social não alinhada aos projetos hegemônicos que atua de modo classista, sem que, contudo, seus integrantes pertençam a uma única classe social. Dessa forma, procurou-se compreender os vínculos que as pessoas comuns estabeleceram entre democracia e justiça social nas cartas, assim como identificar a perspectiva classista que aparece naqueles discursos e analisar as correspondências dos mesmos com outros discursos enunciados em diferentes espaços e por distintos atores sociais.

Palavras-chave: Democracia, classe, popular, constituinte.

Abstract: This article aims to investigate the political culture of Brazilians in the years of the transition to democracy based on the population's suggestions to the National Constituent Assembly, sent by letter to the National Congress. The letters analyzed in this article are part of a group of documents consisting of 72,719 messages sent between 1986

^{*} Doutor em História (UFF) e professor do Colégio Universitário Geraldo Reis (Coluni-UFF).

and 1987, in which were registered the complaints, claims, suggestions, compliments, disappointments and dreams of Brazilians who, believed they were participating in the construction of a new country. Such records have been compared with other contemporaries of their origin from other areas, such as communication, entertainment and political parties. In the analysis of the writers' discourses, it is considered that they are part of popular classes, understood as a social conformaty not aligned with the hegemonic projects that acts in a classist mode, although they belong to a unique social class. In this way, it was tried to understand the bonds that the ordinary people established between democracy and social justice in the letters, as well as to identify the class perspective that appears in those discourses and to analyze the correspondences with other discourses enunciated in different spaces and social actors.

Keywords: democracy, class, popular; constituent.

Introdução

Vi o povo nascer da massa, vi raiar o arco-íris da aliança entre os
trabalhadores e a democracia...
Vi os desgraçados, os despossuídos e os desempregados
convencerem-se de que não há direito sem bem-estar e sem
cidadania...
Vi a força da mulher brasileira...
Vi os estudantes, um milhão e quinhentos mil...
Vi os artistas nas igrejas, os jornalistas, os escritores, os professores
deixarem os palcos, as novelas, os púlpitos, os prelos e as cátedras
pelos palanques do povo.
Vi o amarelo vestir de esperança o Brasil...
Vi a história brotar nas ruas e na garganta do povo... (LEONELLI;
OLIVEIRA, 2004, p. 541)

Em um “plenário silencioso, eletrizado”, de acordo com dois cronistas ali presentes, havia “centenas de olhos marejados” enquanto o deputado federal Ulysses Guimarães (PMDB-SP), um dia antes da votação da Emenda Dante de Oliveira,¹ proferia o discurso

¹ Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 05/83, de autoria do deputado federal Dante de Oliveira (PMDB-MT), que visava restabelecer a escolha do presidente e do vice-presidente pelo voto popular.

cujo trecho abre este artigo (durante o qual foi interrompido 23 vezes por aplausos). Após concluir sua fala asseverando que “Não há pátria sem a verdade, a justiça e a liberdade”, e que “A pátria é o povo e o povo vencerá”, galerias e plenário cantaram – mãos dadas – o Hino Nacional e, em seguida, o à época indefectível coro “Um, dois, três, quatro, cinco mil, queremos eleger o presidente do Brasil” (LEONELLI; OLIVEIRA, 2004, p. 541-543).

O exame de inúmeros registros do período da transição da ditadura para a democracia no Brasil aponta, entre outras coisas, para a crença no regime democrático como indispensável para a justiça social e a prosperidade dos brasileiros. Ou, mais ainda, como garantidor de tais conquistas, sendo as eleições diretas para a Presidência da República a principal ideia-força no período – em setembro de 1984, pesquisas indicavam que 81,1% dos brasileiros exigiam eleições diretas (KOTSCHO, 1986, p. 32) ao passo que, em 1988, 80% deles consideravam que “o melhor sistema político é baseado em eleições diretas” – apesar da enorme decepção causada pelos descaminhos da Nova República de José Sarney (LAMOUNIER, 1992, p. 152).

Decorridas três décadas daquela transição, cujo marco mais vistoso foi a promulgação da chamada “Constituição Cidadã” em 1988, pesquisas apontam para uma aprovação de 56% do regime democrático – para estes brasileiros, “democracia é sempre melhor do que qualquer forma de governo”. Se há maioria entre os apoiadores da democracia na atualidade, os 21% que afirmam que “tanto faz se é uma democracia ou uma ditadura” e os 17% que acham que, “em certas circunstâncias é melhor uma ditadura que uma democracia” indicam que cerca de 40% de brasileiros poderiam, em determinadas conjunturas, apoiar o retorno do regime ditatorial na atualidade.²

Premido pelos “tempos interessantes” – na acepção chinesa – nos quais vivemos, este artigo considera investigar a cultura política dos brasileiros nos anos da transição para a democracia a partir das sugestões da população à Assembleia Nacional Constituinte, cotejando-as com outros registros da época. Elas compõem um conjunto documental de 72.719 cartas custodiadas pelo Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados e disponibilizadas integralmente através das Bases Históricas do *site* do Senado Federal.³

Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/diretas-ja>. Acesso em: 20 jan. 2018.

² Apoio à democracia recua. Opinião Pública. Datafolha Instituto de Pesquisas. “Nesse levantamento, nos dias 27 e 28 de setembro de 2017, foram realizadas 2.772 entrevistas presenciais em 194 municípios brasileiros. A margem de erro da pesquisa é de 2 pontos percentuais para mais ou para menos considerando um nível de confiança de 95%”. <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2017/10/03/ofd1b3aocedd68ba47456fb25b.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2018.

³ Sugestão dos cidadãos. Constituição Federal. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/sugestao-dos-

Ao contrário de registros como o discurso político supracitado (que pode ou não estar em sintonia com as aspirações populares), a importância dessas cartas como fontes está no fato de que permitem produzirmos uma história sob a perspectiva popular, uma vez que foram escritas diretamente por populares com baixíssimo nível de mediação, o que é incomum, em se tratando dos segmentos sociais menos favorecidos. Elas oferecem ao historiador o incomum acesso ao que pensaram os integrantes de tais segmentos pelo seu próprio punho. Isso é raro, sobretudo aos mais pobres, que, historicamente, tiveram opiniões, valores e reivindicações descritos por meio de integrantes dos grupos sociais dominantes e pela burocracia estatal, em função de terem deixado poucos registros próprios sobre o que pensavam do mundo em que viveram – via de regra, por não terem acesso à instrução formal.

Há quem objete que tais registros como fontes poderiam embutir alguns perigos para o historiador, na medida em que expressariam opiniões muito particulares, o que deturparia o resultado da pesquisa histórica. Jorge Ferreira é daqueles historiadores preocupados com a questão, tanto que indaga: “Mas como abordar as enunciações discursivas produzidas individualmente? Metodologicamente seria legítimo o estudo de formulações ideológicas que partem de indivíduos escrevendo isoladamente?” As respostas encontradas em Bakhtin, o qual entende que:

na realidade, o ato de fala, ou, mais exatamente, seu produto, a enunciação, não pode de forma alguma ser considerado como individual no sentido estrito do termo; não pode ser explicado a partir das condições psicofisiológicas do sujeito falante. A enunciação é de natureza social (FERREIRA, 1987, p. 109).

Nas cartas podemos encontrar as queixas, as reivindicações, as sugestões, os elogios, as decepções e os sonhos dos brasileiros que, em maior ou menor grau, ao remetê-las à Assembleia Nacional Constituinte, acreditavam estar participando da construção de um país mais justo, próspero e democrático. Os discursos das cartas, por sua vez, revelam conteúdos socialmente compartilhados de natureza política. Sendo assim, na análise, há que se ter em vista a associação da política com a cultura, a cultura política tomada como:

[cidades](#). Acesso em: 11 jan. 2018. As cartas, que foram analisadas qualitativamente, apresentam diversas informações sobre o missivista, dentre as quais destaco a faixa etária, o grau de instrução, o estado civil, o nível salarial e a cidade em que residia. O texto está mantido como no original com a intenção de, ao mesmo tempo, respeitar o escrevente e compreender que eventuais equívocos na escrita e/ou baixa instrução formal não subtraíram das pessoas a capacidade de refletir sobre a política e a sociedade de seu tempo.

um conjunto coerente em que todos os elementos estão em estreita relação uns com os outros, permitindo definir uma forma de identidade do indivíduo que dela se reclama. Se o conjunto é homogêneo, as componentes são diversas e levam a uma visão dividida do mundo, em que entram em simbiose, uma base filosófica ou doutrinal, a maior parte das vezes expressa sob a forma de uma vulgata acessível, ao maior número, uma leitura comum e normativa do passado histórico com conotação positiva ou negativa, com grandes períodos do passado, uma visão institucional, que traduz o plano da organização política do Estado os dados históricos e filosóficos precedentes, uma concepção da sociedade ideal tal como veem os detentores dessa cultura e, para exprimir o todo, um discurso codificado em que o vocabulário utilizado, as palavras-chave, as fórmulas repetitivas são produtoras de significação, enquanto ritos e símbolos desempenham, ao nível do gesto e da representação visual, o mesmo papel significante (BERSTEIN in RIOUX & SIRINELLI, p. 350, 351).

Ou, em forma bastante sintética, cultura política enquanto “expressão da necessidade de ligar os dois domínios, focalizando as atitudes políticas de diferentes grupos e as maneiras pelas quais essas atitudes são instiladas” (BURKE, 2005, p. 136). Além da aludida cultura política, cartas de pessoas comuns nos permitem também olhá-las na perspectiva da história vista a partir de baixo (HOBBSAWM, 1998), entendida como “um meio para reintegrar sua história aos grupos sociais que podem ter pensado tê-la perdido, ou que nem tinham conhecimento da existência de sua história” (BURKE, 1992, p. 59).

Os indivíduos que encaminharam suas sugestões aos constituintes integram as classes populares,

classificação que me pareceu mais adequada em função de seu emprego possibilitar o imediato reconhecimento de que se trata de uma conformação social não ajustada aos projetos de poder dos segmentos sociais dominantes (...). Ou, ainda mais sinteticamente: *classes*, porque o exame das fontes aponta para um comportamento em termos classistas, apesar de não estarem restritos a uma única classe social; *populares*, porque contrários aos projetos hegemônicos das elites.⁴

⁴ Em minha tese, ao formular a categoria “classes populares” (em estreito vínculo com os registros de época), procurei compreender “a unidade constituída por e entre integrantes de diversos grupos sociais para além dos limites do mundo do trabalho, incluindo estudantes, movimentos sociais, donas de casa, profissionais

Tendo em vista a categoria classes populares, o artigo buscará, mais especificamente, compreender os vínculos que as pessoas comuns estabeleceram entre democracia e justiça social nas cartas, identificar a perspectiva classista que aparece naqueles discursos e analisar as correspondências dos mesmos com outros discursos enunciados em diferentes espaços e por distintos atores sociais.

As cartas, os partidos e os movimentos sociais e políticos

Inúmeros foram os protestos, as ações diretas, as greves, as passeatas e outras formas de ocupação do espaço público no período 1984-1988. Embora não necessariamente os missivistas tenham participado de algum desses protestos (até porque muitos deles eram de cidades do interior), fica evidente a correspondência entre o que dizem nas cartas com o que defendiam os movimentos sociais das esquerdas, os partidos de oposição (incluindo setores do PMDB) e manifestantes em protestos que não tinham militância em nenhuma organização social ou política. Afinal, vivia-se num momento em que:

havia um clima de esperança, de crença na necessidade de retomada da democracia, da necessidade de participação dos indivíduos na sociedade e na política. Havia também a crença na força do povo, das camadas populares, quando organizadas, para realizarem mudanças históricas que outros grupos sociais não tinham conseguido realizar no passado. Os moradores das periferias, das favelas, dos cortiços e outros submundos saem da penumbra e das páginas policiais para se tornarem os depositários das esperanças de ser novos atores históricos, sujeitos de processos de libertação e de transformação social (GOHN, 2001, p. 114).

liberais e segmentos médios” nos anos 1980. O exame das inúmeras evidências – cartas, ações diretas (saques, quebra-quebras), discursos de partidos, de políticos, de trabalhadores, de artistas, de estudantes, de jornalistas, de humoristas, matérias jornalísticas, panfletos, músicas, teledramaturgia, etc. – indica que eles “se irmanaram ao compartilhar experiências comuns de exclusão e enfrentamento do desemprego, do arrocho salarial ou da explosão do custo de vida”, assim como por um nacionalismo que inibiu as diferenças de classe e colocou as classes populares (a nação) em oposição aos seus inimigos (os ricos – empresários e políticos –, os militares, o FMI, o governo americano etc.). Vide ASSIS, Charleston José de Sousa. **Experiências cruzadas: a participação popular no Plano Cruzado em perspectiva histórica**. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012, p. 28-30. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1411.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2018.

Pedro Pereira Nelo, 25-29 anos, * casado, 1-2 salários, 2º grau **, morador de São José do Campestre (RN), foi um dos muitos missivistas que vincularam democracia à justiça social. Ele disse desejar “uma constituinte livre e soberana, sem interferência do poder econômico e composta de legítimos representantes dos mais diversos seguimentos” [sic] da nossa sociedade”. Afirma também que a Constituição deve ser democrática e combater “os privilégios inescrupulosos de alguns e a miséria de muitos”, “que tenha realmente autoridade diante dos banqueiros internacionais, resolvendo os problemas da nossa dívida externa fazendo melhorar nossa condição de vida (...) e que veja com bons olhos o trabalhador que ganha salário de fome”. Após reivindicar “uma política educacional mais democrática”, o combate ao desemprego, “uma política habitacional mais humana”, entre outros, encerra: “Em síntese, justiça social”.⁵

Para Esmênia Geralda Dias, 20-24 anos, solteira, 1-2 salários, Superior incompleto, moradora de Anápolis (GO), entre várias reivindicações, destaca-se a exigência de eleições diretas para presidente, de concursos para todos os cargos públicos, de programa de alimentação para os pobres e do fim do analfabetismo. Quase ao final, deseja “que realmente todos [sejam] iguais perante a lei”.⁶ De fato, na análise das cartas, a percepção da desigualdade era quase palpável, como se pode observar na missiva de Maria das Neves Barbosa, 15-19 anos, solteira, até 1 salário, 2º grau incompleto, residente em Tavares (PB):

Em primeiro lugar gostaria que acabasse a mordomia no país. Não acho justo um senador desfrutar de tudo quanto a República possui. Em segundo lugar, não acho que mudou nada na nova república (...). A República nada mudou, o País não está vivendo uma democracia, sim um sistema de capitalização, ou seja, o rico cada vez mais rico e os pobres cada vez mais miseráveis. Quem diria que o Brasil continuasse sendo um cativo, onde só predomina o poder aquisitivo do maior. O Brasil não

* As cartas não apresentam a idade específica de cada missivista, pois o mesmo indicava em campo próprio a faixa etária em que se encontrava.

** Corresponde ao atual Ensino Médio.

* As cartas foram reproduzidas com a sua grafia original, portanto, em diversas ocasiões, erros ortográficos e gramaticais, entre outros, aparecem nas mesmas.

⁵ Carta de Pedro Pereira Nelo à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: LOII DATA: 20/02/86 FORMUL: 254 DV: 0 TIPO: 13 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acesso em: 15 jan. 2018.

⁶ Carta de Esmênia Geralda Dias à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: LOII DATA: 20/02/86 FORMUL: 277 DV: 0 TIPO: 10 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acesso em: 15 jan. 2018.

pode sair deste empasse [sic] sem conquistar primeiro a sua independência financeira, se livrando das empresas estrangeiras.⁷

Morador de Cuiabá (MT), Carlos Albérico R. de Lima, 25-29 anos, solteiro, 1-2 salários, Superior incompleto, foi outro entre milhares que se colocou contra as desigualdades. Ele defendeu uma “cláusula na constituição, para que o cidadão pudesse se defender dos desmandos e injustiças contra pessoas”, assim como uma “lei contra a segregação racial, que por incrível que pareça ainda existe no país, de forma não declarada”.⁸ Muito contrariado com os rumos do país, Paulo Tarsio Cipriano Carneiro, 30-39 anos, solteiro, 1-2 salários, 2º grau, residente em Cana Verde (MG) assim se manifestou:

Se os homens que governam este [país] preocupa-se realmente com a opinião pública, o que fariam em primeiro plano: Tomariam vergonha na cara e deixariam de tanta corrupção safadeza. Nós brasileiros já não sabemos mais em quem acreditar (...). que democracia é esta onde somos escravos de uma sociedade de líderes [sic] corruptos indistintamente...⁹

Um anônimo morador de Itaguatins (GO), 30-39 anos, casado, 2-3 salários, 2º grau, parecia estar ainda mais furioso com a manutenção das injustiças sociais no governo José Sarney e com a Nova República que não cumprira as promessas feitas pelo falecido presidente Tancredo Neves:

É realmente vergonhoso para nós brasileiros continuarmos vendo o País do mesmo jeito que estava quando era governado pelos militares. Nova República é uma ova, tudo continua do mesmo jeito, a corrupção correndo solta sem ninguém indo para a cadeia, as mordomias que a oposição tanto criticou, as mesmas caras mentindo direto na televisão, os desgraçados dizendo que a inflação vai cair quando basta ter o mínimo de inteligência para se saber que não é interesse do próprio governo baixar a inflação, pois a curriola deixará de ganhar os trocados que já estão

⁷ Carta de Maria das Neves Barbosa à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: Loi6 DATA: 20/02/86 FORMUL: 369 DV: 1 TIPO: 10 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acesso em: 15 jan. 2018.

⁸ Carta de Carlos Albérico R. de Lima à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: Loi6 DATA: 20/02/86 FORMUL: 372 DV: 2 TIPO: 14 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acesso em: 15 jan. 2018.

⁹ Carta de Paulo Tarsio Cipriano Carneiro à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: Loi6 DATA: 20/02/86 FORMUL: 383 DV: 4 TIPO: 40 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acesso em: 15 jan. 2018.

acostumados. Pelo amor de Deus deixem de hipocrisia, respeitem o povo brasileiro, ele é pacífico, mas uma hora o saco pode explodir e nessa hora posso garantir a todos vocês, que pegaremos em armas para expulsá-los de seus palácios. Criem vergonha na cara e façam o que prometeram ao povo. Tenho vergonha de ter nascido no Brasil. A minha sugestão para a Nova Constituinte é que vocês vão todos para o inferno.¹⁰

O discurso crítico do *status quo*, oriundo de diferentes partes do Brasil, guardava estreita correspondência com movimentos sociais, sindicais e partidos de oposição, como acentuado anteriormente. Basta atentarmos para este trecho de um panfleto do Partido dos Trabalhadores (PT), para que tal sintonia fique evidente.

Pela primeira vez na história recente do Brasil, nós, trabalhadores, podemos votar em um partido formado por trabalhadores. O PT surgiu das lutas populares e não das manobras de figurões... (...) É o partido dos milhões de explorados do campo e da cidade. Nasceu da luta contra a ditadura, contra a vontade dos poderosos e dos que sempre nos enganaram.

(...)

(...)

Há uma divisão na sociedade e não fomos nós que a inventamos. A casa-grande do latifundiário não é o barraco do peão. O lucro do banqueiro não é o salário do bancário. O bairro onde mora o grande comerciante não é a vila da periferia onde mora o comerciário. Se somos separados social e economicamente, como poderíamos estar unidos politicamente?

(...)

O banqueiro, o latifundiário, o industrial, o grande comerciante, independentemente do partido a que pertencem, exploram o trabalhador. Para nós, ser de oposição, é lutar para mudar o regime político e, ao mesmo tempo, lutar para transformar a situação social e econômica que oprime a maioria do povo...¹¹

¹⁰ Carta anônima à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: ORIGEM: Loo4 DATA: 23/02/86 FORMUL: 078 DV: 8 TIPO: 40 09/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acesso em: 15 jan. 2018.

¹¹ “Pela unidade dos trabalhadores”. Panfleto conservado no CSBH/FPA. Extraído de **Perseu: história, memória e política**/Centro Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007. Vol. 1, n. 2 (2007), p. 81.

O discurso do Partido dos Trabalhadores (PT) estava em grande medida disseminado socialmente, embora não seja possível precisar o quanto o partido pauta as classes populares e o quanto é pautado por ela (assim como não é possível cravar com precisão quanto a outras organizações políticas, sociais e de mídia). Curiosamente, para os padrões atuais, vivia-se um momento de intenso radicalismo social, a ponto de falas enunciadas do centro do poder – para serem bem recepcionadas pelas classes populares – recorrerem a termos, imagens, alegorias e reivindicações daquelas classes. Isto pode ser percebido no discurso do deputado peemedebista Ulysses Guimarães ao inaugurar os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. Como se poderá observar, o texto se caracteriza por uma retórica de esquerda que poderia, com diferenças semânticas, ser enunciado por próceres de partidos como o Partido dos Trabalhadores (PT) ou o Partido Democrático Trabalhista (PDT), bem como por lideranças de organizações como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) ou de sindicatos de trabalhadores:

A livre iniciativa, necessária ao desenvolvimento do País, deverá exercer-se sem o sacrifício dos trabalhadores, e a riqueza não poderá acumular-se, ao mesmo tempo em que aumentam a miséria e a fome, em benefício dos privilegiados.

A liberdade é também uma questão de justiça. Ela não pode continuar sendo, como as outras coisas, um bem de mercado. Em nossa sociedade injusta só pode ter liberdade aquele que dispõe de dinheiro para comprá-la.

A justiça para os que trabalham deve começar pelo salário. Não existe, no mundo de hoje, salvo em alguns países emergentes da África, sociedade que seja tão cruel com os trabalhadores.

Salários justos exigem uma política que combine o desenvolvimento econômico com a estabilidade monetária. A inflação, sendo fonte de injustiça – uma vez que os assalariados são os mais indefesos diante dos seus efeitos perversos – é também dela consequência.

Todos os nossos problemas procedem da injustiça. O privilégio foi o estigma deixado pelas circunstâncias do povoamento e da colonização, e de sua perversidade não nos livraremos, sem a mobilização da consciência nacional.

O privilégio começa na posse da terra, no início repartida, pelos favores reais, entre as oligarquias imigradas. Essas mesmas oligarquias acostumaram-se ao trabalho escravo e dele não querem abrir mão. Como

bem nos apontou mestre Afonso Arinos de Mello Franco, as senzalas do século passado estão hoje nas favelas.

Nas favelas e nos subúrbios que amontoam os trabalhadores modernos, brancos, pretos, mestiços – mas todos legatários da condenação de servir e sofrer.¹²

As cartas e a produção cultural popular

Os diversos discursos estavam circulando *bakhtianamente* (GINZBURG, 2006, p. 18) entre os diferentes segmentos da sociedade brasileira. Como se pôde observar no campo da política, pode-se também identificar aos borbotões nos produtos culturais destinados ao grande público. Samba-enredo de grande sucesso no Sambódromo carioca no Carnaval de 1986, *Eu quero* foi cantado também em um quebra-quebra no Largo da Carioca, centro do Rio de Janeiro, por centenas de pessoas que se colocaram contra o aumento nos preços na lanchonete *Bob's* e em outras lojas próximas, no primeiro dia do congelamento de preços decretado pelo Plano Cruzado. Os versos do referido samba se ligam aos discursos das cartas, que, por sua vez, se assemelham aos discursos políticos já aludidos. Uma evidente circularidade.

Quero nosso povo bem nutrido
O país desenvolvido
Quero paz e moradia
Chega de ganhar tão pouco
Chega de sufoco e de covardia
Me dá, me dá
Me dá o que é meu
Foram vinte anos
Que alguém comeu (bis)
Quero me formar bem informado
E meu filho bem letrado

¹² “Constituintes: os profetas do amanhã”. Pronunciamento de Ulysses Guimarães à Assembleia Nacional Constituinte em 02 de fevereiro de 1987, p. 1. Disponível em: http://www.fug-rs.org.br/arquivo/ulysses_disc_constituientes.pdf. Acesso em: 19 jan. 2018. Exemplo emblemático de que não era fácil diferenciar posições políticas retoricamente populares com as de fato populares, pode ser observado no apoio do cantor e compositor Chico Buarque (uma das figuras mais significativa na luta contra a ditadura militar e vinculada a causas populares) à candidatura Orestes Quércia (PMDB-SP) para o governo do estado em 1986. Ao abrir o último comício do candidato, disse a vitória de Quércia seria “a derrota definitiva do obscurantismo no Brasil”. Ao encerrar seu breve discurso, bradou: “No Rio é Darcy Ribeiro e em São Paulo é PMDB”. Vide “Chico Buarque abre comício de Quércia e pede voto para Darcy”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 13 nov. 1986, p. 5.

Ser um grande bacharel (bacharel)
Se por acaso alguma dor
Que o doutor seja doutor
E não passe de bedel
Cessou a tempestade
É tempo de bonança
Dona liberdade
Chegou junto com a esperança...¹³

No ano seguinte, estive entre as mais tocadas no Brasil a música *Corda no pescoço*,¹⁴ que, na voz de Beth Carvalho denunciava que o povo estava “com a corda no pescoço” ao passo que “a vida dessa gente” (ricos e políticos) estava “um colosso”; Dizia ainda que o povo levava “rasteira” e estava “com o pires na mão”, vivia um “jogo de cartas marcadas”, e que os seus “problemas não têm solução”, que o povo era vítima de “conversa fiada”, de “promessa furada”, e só via mesa farta “na novela da televisão”. O refrão não deixa dúvidas de que se tratava de protestar contra o estado das coisas:

E o povo como está?
Está com a corda no pescoço
É o dito popular,
Deixa a carne e rói o osso
Mas a vida dessa gente, aposto que está um colosso
Mas da fruta que eles gostam
Eu como até o caroço.¹⁵

Protestos sociais vicejavam também nos gêneros rock e pop rock, como em *Alagados* (“Todo dia/ O sol da manhã vem e lhes desafia/ Traz do sonho pro mundo quem já não queria/ Palafitas, trapiches, farrapos/ Filhos da mesma agonia”...) ¹⁶ e *A novidade* (Oh, mundo tão desigual/ Tudo é tão desigual/ O, o, o, o.../ De um lado esse carnaval/ De outro a fome

¹³ “Eu quero”. Composição: Aloísio Machado, Luiz Carlos do Cavaco e Jorge Nóbrega. G.R.E.S. Império Serrano. Samba enredo do Carnaval de 1986. Disponível em <http://letras.terra.com.br/imperio-serrano-rj/477555/>. Acesso em: 17 jan. 2018.

¹⁴ De acordo com a reportagem, somente no Rio e em São Paulo, *Corda no pescoço* era tocada cerca de 40 vezes por dia nas rádios. “Do Rio para o Brasil, a voz dos líderes”. *Revista Veja*. São Paulo, 04 mar. 1987, p. 80.

¹⁵ “Corda no pescoço”. Composição: Almir Guineto e Adauto Magalha. Intérprete: Beth Carvalho. LP. RCA, 1986. Letra disponível em: <http://www.bethcarvalho.com/?p=255>; <http://letras.terra.com.br/beth-carvalho/175005/>. Acesso em: 17 jan. 2018.

¹⁶ “Alagados”. Composição: Bi Ribeiro, Herbert Vianna e João Barone. *Selvagem?* LP. Paralamas do Sucesso, EMI, 1986. Letra disponível em: <https://www.letras.mus.br/os-paralamas-do-sucesso/47924/>. Acesso em: 17 jan. 2018.

total/ O, o, o, o...”¹⁷, da banda “Paralamas do Sucesso” e *Que país é esse?* (“Nas favelas, no Senado/ Sujeira pra todo lado/ Ninguém respeita a Constituição/ Mas todos acreditam no futuro da nação/ Que país é esse?...”),¹⁸ da banda “Legião Urbana”, que se tornaria uma das músicas mais executadas nas rádios em todo o Brasil. Em encarte anexado ao álbum gravado em 1987, o grupo explicou porque uma música composta em 1978 só havia sido gravada em 1987: “Nunca foi gravada porque sempre havia a esperança de que algo iria realmente mudar no país, tornando-se a música então totalmente obsoleta. Isto não aconteceu e ainda é possível se fazer a mesma pergunta do título”.¹⁹

Outra banda de rock – *RPM* –, que também figura entre as maiores da música brasileira, cravou algumas faixas de protesto de grande sucesso. No álbum *Rádio Pirata ao vivo*²⁰ (de maior vendagem do rock nacional até a atualidade), as músicas *Rádio Pirata* (“Toquem o meu coração/ Façam a revolução/ Que está no ar/ Nas ondas do rádio/ No submundo repousa o repúdio/ E deve despertar”)²¹ e *Alvorada voraz* (“Apocalipticamente, como num clipe de ação/ Um clic seco, um revólver, aponta em meu coração/ O caso Morel, o crime da mala/ Coroa-Brastel, o escândalo das jóias/ E o contrabando, um bando de gente importante envolvida”)²² são importantes exemplos de engajamento na música que grande parte da juventude de então consumia.

A novela *Vale Tudo*, produzida pela *Rede Globo* e assistida por milhões de brasileiros de todas as classes sociais e faixas etárias entre 16 de maio de 1988 e 06 de janeiro de 1989, “denunciava a inversão de valores no Brasil do final dos anos 1980”.²³ Grande sucesso de público, também ficou marcada pela música de abertura composta pelo cantor Cazuza e sucesso na voz da cantora Gal Costa. A música *Brasil* expressava, como outras de seu tempo, características da sociedade e política brasileiras que tanta revolta e indignação causavam: “Não me convidaram/ Pra esta festa pobre/ Que os homens armaram/ Pra me convencer/ A pagar sem ver/ Toda essa droga/ Que já vem malhada/ Antes de eu nascer”.²⁴

¹⁷ “A novidade”. Composição: Gilberto Gil. *Selvagem?* LP. Paralamas do Sucesso, EMI, 1986. Letra disponível em: <https://www.letras.mus.br/os-paralamas-do-sucesso/30124/>. Acesso em: 17 jan. 2018

¹⁸ “Que país é este?”. Composição: Renato Russo. *Que País É Este 1978/1987*. LP. Legião Urbana, EMI, 1987. Letra disponível em: <http://letras.terra.com.br/renato-russo/1175645/>. Acesso em: 17 jan. 2018.

¹⁹ Texto incluído no encarte do álbum “*Que País É Este 1978/1987*”. Legião Urbana, EMI, 1987. Disponível em <http://www.legiaourbana.com.br/html/discografia/album-que-pais-e-este.html>. Acesso em: 13 jan. 2018.

²⁰ “*Rádio Pirata ao vivo*”. LP. RPM, Epic/CBS, 1987.

²¹ “*Rádio Pirata*”. Composição: Luiz Schiavon; Paulo Ricardo. In: “*Rádio Pirata ao vivo*”. LP. RPM, Epic/CBS, 1987. Letra disponível em: <https://www.letras.mus.br/rpm/64786/>. Acesso em: 19 jan. 2018.

²² “*Alvorada voraz*”. Composição: Luiz Schiavon; Paulo P.A. Pagni; Paulo Ricardo. In: “*Rádio Pirata ao vivo*”. LP. RPM, Epic/CBS, 1987. Letra disponível em: <https://www.letras.mus.br/rpm/48716/>. Acesso em: 19 jan. 2018.

²³ Memória Globo. “*Vale tudo*”. “Corrupção e falta de ética conduziam *Vale Tudo*, que denunciava a inversão de valores no Brasil do final dos anos 1980”. Disponível em: <http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/novelas/vale-tudo.htm>. Acesso em: 20 jan. 2018.

²⁴ A canção “*Brasil*” foi gravada originalmente no álbum “*Ideologia*”. LP. Cazuza, Philips, 1988. Letra disponível em: <https://www.letras.mus.br/cazuza/7246/>. Acesso em: 20 jan. 2018.

A crítica social na música figurava até mesmo na discografia de artistas que na atualidade não são lembrados pelas chamadas músicas de protesto, como, por exemplo, Léo Jaime, para quem a Nova República também não tinha proporcionado transformação social. Em seu LP *Vida difícil*, a faixa *Nada mudou* fez grande sucesso com versos como estes, que guardavam estreita relação com o enorme abismo social então existente:

Ela me dá um beijo na testa
E quer que eu tenha um dia legal
Mas se eu quiser eu posso ver nas ruas
Senhores e escravos, nada é real.

Todo mundo me diz bom dia
Todo dia é sempre igual
Crianças pedem na janela do carro
Até nas noites de Natal.

Ô, ô, ô, nada mudou (...)²⁵

O videoclipe da referida canção apresenta ainda mais elementos do universo da pobreza, pois apresenta crianças negras aparentemente pobres para as quais o cantor oferece comida, bem como moradores de rua e locações que remetem a espaços urbanos degradados, ao passo que o artista é, por vezes, apresentado como um bem-sucedido em meio a pessoas desprovidas de amparo social.²⁶

Naqueles anos, os brasileiros pobres eram muito numerosos,²⁷ o que nos ajuda a entender porque os pobres e a pobreza eram presença constante na música, na teledramaturgia, assim como no cinema, e, em especial, nos programas humorísticos, que tinham grande audiência. Não se deve ignorar que isto foi capaz de estimular posturas críticas das pessoas (em movimento reverso, o cotidiano popular também pautava, em

²⁵ “Nada mudou”. In: “Vida difícil”. LP. Léo Jaime, Epic/CBS, 1986. Letra disponível em <https://www.letras.mus.br/leo-jaime/97536/>. Acesso em: 17 jan. 2018.

²⁶ Videoclipe da música “Nada mudou”. Intérprete e compositor: Léo Jaime. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=PmFKgw354es>. Acesso em: 18 jan. 2018.

²⁷ Em 1985, 56,91 milhões de brasileiros estavam abaixo da linha de pobreza; em 1986, o Cruzado foi responsável por reduzir o número de pobres para 37,6 milhões, o que representou um alívio para um enorme contingente das classes populares. Contudo, a ineficiência do governo Sarney converteu-se em uma grande tragédia social, haja vista que, em 1987, 55,41 milhões de brasileiros estavam abaixo da linha de pobreza. Ao entregar o governo ao sucessor em 1990, Sarney deixara estrondosos 63,18 milhões de pobres em uma população de 146 milhões de habitantes. Fonte: “Número total de pobres (em milhões) e percentual de pobres, por ano – 1977/1999 (PNAD): Brasil”. Estatísticas Econômicas. Estatísticas do Século XX. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/seculoxx/economia/rendimentos_precos/rendimentos/rendimentos.shtm. Acesso em: 20 jan. 2018.

grande medida, a produção cultural). Vejamos o exemplo de um dos quadros do programa “Viva o Gordo”, exibido pela *Rede Globo* que, como de costume, se apresentou crítico ao governo. Vivido por Jô Soares, Bianor, paletó com aspecto surrado, aparência cansada, chega a uma repartição da Receita Federal e fala ao funcionário:

– Eu nunca pensei que esta miséria que eu ganho todo mês fosse considerada renda.

– Pode não ser para você, mas para o governo é. Pegaram o senhor porque precisam do seu dinheiro.

Bianor pega umas cédulas amassadas e mostra o que sobrou no fim do mês, indagando:

– Quem é que tá precisando? O presidente Sarney? O Sayad? Já sei, é o Funaro!

Retruca o funcionário:

– O senhor sabe como construíram a Transamazônica?

– Taí uma coisa que eu sempre quis saber... – afirma Bianor.

– O seu dinheiro é para trazer riqueza... O imposto de renda traz riquezas.

– Pra mim nunca traz, pra mim só traz pobreza – finaliza o personagem.²⁸

O jovem Vanderley José Deteri, 15-19 anos, solteiro, 1º grau*, morador de Cariacica (ES), atento ao “Viva o Gordo” sugeriu “que, na nova Constituinte, possamos combater os corruptos que andam soltos em prefeituras. Como diz Jô Soares, corruptos têm de estar engaiolados”.²⁹ Os populares, por sua vez, se mostraram capazes de repudiar tais produtos quando se encontravam em dissonância com suas experiências, o que demonstra a capacidade de filtrar o produto que lhes era oferecido. Isto pode ser percebido na fala de Alberto Teixeira Lopes, 5-10 salários, casado, 2º grau incompleto, residente em São José dos Campos (SP), quando se refere ao fracasso do pacote econômico conhecido como Plano Cruzado:

Alguma vez v. excia pensou no pacote homem. Acredito que nunca, pois o nosso Presidente José Sarney que causou muita admiração quando lançou

²⁸ 1986. Viva o Gordo com Jô Soares e seus inúmeros personagens (DVD). TV Globo. Direção geral: Cecil Thiré, Francisco Milani e Willem Van Weerelt. Som Livre/Globomarcas, 2009.

*Corresponde atualmente ao Ensino Fundamental.

²⁹ Carta de Vanderley José Deteri à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L137 DATA: 23/02/86 FORMUL: 910 DV: 5 TIPO: 10 06/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acesso em: 17 jan. 2018.

os seus pacotes que hoje só vejo um fiscal dele que é o Jô Soares do canal 5 pois o resto desiludiu...³⁰

Uma das evidências de que os produtos dos meios de comunicação não podem estar em frontal dissonância com o seu público pode ser encontrado na abertura do próprio humorístico. Em março de 1986, ela trazia uma divertida montagem em que Jô Soares interagia com várias personalidades nacionais e estrangeiras bastante conhecidas. Ao final, o humorista colocava uma cadeira e se sentava à mesa com o presidente Sarney e os seus ministros no pronunciamento que implantou o Plano Cruzado, o que representava clara e simpática demonstração de apoio àquele pacote econômico (da mesma maneira que a população apoiava).³¹ A abertura da temporada 1987 do programa mostrava que, mesmo em organizações como a *Rede Globo* (que hipotecaram explícito apoio a Sarney³²), não havia como conter integralmente as fortes críticas derivadas da indignação popular. Desta vez, ao contrário do ano anterior, Jô Soares levantava e saía apressadamente da sala em que estava com o presidente e seu ministério, mas voltava correndo em seguida para retirar a cadeira que havia colocado no ano anterior, deixando explícita sua discordância com o governo Sarney e, conseqüentemente, seu vínculo à indignação popular³³ (sem o qual o seu produto não venderia).

O popular residente em Itaíba (PE), Francisco de Assis Ramos, 25-29 anos, 1-2 salários, casado, 2º grau, acentua bastante a distinção entre ricos e pobres que se observava no Brasil àquele momento, fazendo referência a “Justo Veríssimo”, personagem vivida pelo humorista Chico Anysio.

Como brasileiro, gostaria de ver aprovada uma nova Constituição que defenda os direitos do povo brasileiro, que fizesse uma reforma agrária justa e que fosse cumprida realmente, não ficando apenas no papel, pois como nós sabemos, na época de hoje, a lei é aplicada ao pé da letra,

³⁰ Carta de Alberto Teixeira Lopes à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: Loi6 DATA: 27/07/86 FORMUL: 385 DV: o TIPO: 14 07/03/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acesso em: 17 jan. 2018.

³¹ Abertura 1986. Viva o Gordo com Jô Soares e seus inúmeros personagens (DVD). TV Globo. Direção geral: Cecil Thiré, Francisco Milani e Willem Van Weerelt. Som Livre/Globomarcas, 2009.

³² A “Rede Globo de Televisão” liderou uma grande campanha publicitária a favor do Cruzado, tendo a iniciativa partida do próprio Roberto Marinho, então presidente das “Organizações Globo”. Diante das primeiras dúvidas e sinais de boicote por parte de supermercados, a Globo lançou a campanha “Tem que dar certo”, criada pelo publicitário João Magaldi, funcionário da empresa. Vide NEPOMUCENO, Eric. *O outro lado da moeda: Dílson Funaro: histórias ocultas do Cruzado e da moratória*. 2ª ed. São Paulo: Siciliano, 1990, p. 88.

³³ Abertura 1987. Viva o Gordo com Jô Soares e seus inúmeros personagens (DVD). TV Globo. Direção geral: Cecil Thiré, Francisco Milani e Willem Van Weerelt. Som Livre/Globomarcas, 2009.

geralmente para os menos favorecidos, quando se trata dos, ricos a coisa sempre tem um jeito bem brasileiro, mas isto pode mudar, só depende de nós mesmos, na hora de eleger os novos membros para a nova constituinte. Devemos votar em homens sérios, voltados para os problemas do Brasil. Que não sejam como o Justo Veríssimo, personagem de Chico Anísio, que só pensa em melhorar a si próprio, e depois das eleições os que elegeram-no, que se explodam...³⁴

Justo Veríssimo era um deputado federal corrupto que odiava os pobres. Em um dos quadros, ele se encontra à mesa – farta. Alguém se senta junto a ele e pergunta: “E aí, deputado? E a fome?” O deputado acentua que a fome estava braba, mas que já estava comendo. O interlocutor diz que se referia à fome do povo, não a do deputado – que pediu pedia caviar ao garçom naquele momento. Em seguida, ele se queixa de que enquanto o povo passa fome o deputado come caviar, e pergunta se ele não acha que o pobre também deveria poder comer caviar. O deputado diz que se encontrar um pobre comendo caviar este deveria apanhar e ser preso. Após ouvir o esta fala, o interlocutor se mostra indignado e reclama que o que o deputado acabara de dizer é um absurdo, que eles viviam em um país pobre, portanto o deputado tinha de pensar nos pobres. Ao que Veríssimo respondeu:

– Eu lá quero saber de pobre, eu não quero graça com pobre! Eu quero é que o pobre se exploda!

A seguir, o deputado pede salmão, o que provoca reação indignada no seu interlocutor:

– Tá vendo, deputado! Pobre não come salmão...

– Coma manjuba! Quero que pobre morra com a boca cheia de manjuba!

– respondeu Justo Veríssimo.

– Deputado, depois do que eu tenho ouvido o senhor falar me permita perguntar: de que lado o senhor está?

– Do lado que não tenha pobre! Eu sou contra pobre, contra a legalidade, contra a democracia...³⁵

A novela *Roque Santeiro*,³⁶ exibida pela *Rede Globo* na faixa das 20h, foi uma das produções culturais que concorreram aguçar a criticidade das classes populares. Ao

³⁴ Carta de Francisco de Assis Ramos à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: Lo16 DATA: 30/02/86 FORMUL: 387 DV: 2 TIPO: 14 09/12/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acesso em: 17 jan. 2018.

³⁵ Chico Especial! (DVD). TV Globo. Som Livre/Globomarcas, 2007.

mesmo tempo que ajudava a formar tal constructo social, a novela recolhia dele os elementos que faziam com que fosse reconhecida pelos populares como um microcosmo do Brasil (e, claro, se convertia em produto altamente lucrativo para a emissora). Uma das missivistas, Aurelene Mello Fortes, 50-59 anos, solteira, 3-5 salários, Superior, moradora de Campinas (SP), deixou evidente que produções culturais como *Roque Santeiro* tinham efeito no público porque estava em acordo com sua experiência social concreta.

Gostaria sinceramente que a Corrupção, principalmente da elite dirigente do Brasil, fosse sequer minimizada porque a extinção da mesma sei que seria um sonho utópico; desde citações bíblicas sei que Corrupção sempre existiu. É preciso acreditar na mesa social do país que nos viu nascer, porque o desencanto é muito doloroso. Nem é bom se tentar a exportação de corruptos como na sátira televisada de Jô Soares. Que a lembrança da telenovela, retrato microscópico da realidade macrocômica Brasileira, "Roque Santeiro" sirva de tratamento de choque para acordar para acordar os nossos Governantes dos poderes legislativo, executivo e judiciário, porque o desencanto, repito, é muito doloroso. Sinhosinho Malta representou e representa o poder econômico manietando tudo, coronelismo dominante, triste realidade da Realidade.³⁷

José Tavares Sobrinho, 40-49 anos, 10-20 salários, casado, Superior, residente em Governador Valadares (MG), exigiu, entre outras, o fim da "demagogia da maioria dos

³⁶ "Roque Santeiro", exibida entre 26 de junho de 1985 e 22 de fevereiro de 1986, foi uma "sátira à exploração política e comercial da fé popular", que "marcou época apresentando uma cidade fictícia como um microcosmo do Brasil". O dramaturgo Dias Gomes, autor da novela, criou a cidade fictícia de "Asa Branca, onde os moradores vivem em função dos supostos milagres de Roque Santeiro (José Wilker), um coroinha e artesão de santos de barro que teria morrido como mártir ao defender a cidade do bandido Navalhada (Oswaldo Loureiro). O falso santo, porém, reaparece em carne e osso 17 anos depois, ameaçando o poder e a riqueza das autoridades locais", pois seu retorno traria "o reconhecimento de que tudo não passou de uma farsa significaria o fim do mito, prejudicando os interesses de todos os beneficiários da mentira, e também colocando em risco a sustentação da cidade". Os que se sentiam ameaçados pelo fim do mito eram os representantes das forças políticas, econômicas e religiosas da cidade: "o conservador padre Hipólito (Paulo Gracindo), o prefeito Florindo Abelha (Ary Fontoura), o comerciante Zé das Medalhas (Armando Bógus) – principal explorador da imagem do santo – e o temido fazendeiro Sinhozinho Malta (Lima Duarte), amante da pretensa viúva do santo, a fogosa Porcina (Regina Duarte)". Ao final, o mito não foi desfeito, e o povo da fictícia Asa Branca continuou a crer na santidade de Roque, estabelecendo-se um desfecho reconhecido por muitos brasileiros à época como um retrato do país. Disponível em <http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/novelas/roque-santeiro/trama-principal.htm>.

Acesso em: 19 jan. 2018.

³⁷ Carta de Aurelene Mello Fortes à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: Loo9 DATA: 01/03/86 FORMUL: 219 DV: o TIPO: 14 13/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acesso em: 17 jan. 2018.

governos, como retratou 'Dias Gomes' na novela 'Roque Santeiro'".³⁸ Outro missivista, que se identificou como "ROQUE SANTEIRO" e afirmou residir no endereço "ASA BRANCA, BRASIL", estava na faixa de 30-39, percebia mais de 20 salários, era casado e também tinha o nível Superior, como os dois missivistas anteriores. Morador de Brasília (DF) e funcionário público (o que explica que não tenha dado a identidade real), reivindicava um "projeto de lei tornando obrigatório que todo brasileiro seja capacitado (ou melhor, que seja viável) a votar para Presidente da República, ainda em 1986. Afirmou, ainda estar "cansado de ver tanta roubalheira e corrupção nesta nova (velha) República".³⁹

A novela não foi lembrada apenas por indivíduos de alta renda e escolaridade. A carta de Denise Maria Susin, 20-24 anos, até 1 salário, solteira, 2º grau, moradora de Nobres (MT), aponta para percepção semelhante a de outros missivistas de estratos mais ricos: a desigualdade social materializada no poder dos ricos corruptos que, ao ocupar o aparelho de Estado, exploravam e infelicitavam o povo trabalhador.

A quem ler a minha sugestão gostaria antes de tudo fazer uma pergunta: – Você assistiu a novela de Dias Gomes, "Roque Santeiro"? Pois a minha cidade é o retrato de "Asa Branca". Não é uma sugestão que vou fazer e sim um pedido. Gostaria muito, que de alguma forma vocês pudessem controlar o abuso de poder ou submissão dos dirigentes e autoridades da cidade em que moro. Infelizmente posso afirmar que não só acontece na minha, como em muitas cidades pequenas de Mato Grosso. Não sei de que forma vocês podem solucionar problemas como estes, mas acredito que haja alguma maneira, pois muita gente inocente, trabalhadora e honesta, é prejudicada pelo abuso de poder de uma minoria que quer obter lucro acima de tudo e qualquer coisa.⁴⁰

Outro missivista de baixas renda e escolaridade foi Alder Mário Monteiro Pereira, 30-39 anos, 1-2 salários, viúvo, 1º grau. Ele se apresentou como "Secretário da Colônia de

³⁸ Carta de José Tavares Sobrinho à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: Loo1 DATA: 14/04/86 FORMUL: 010 DV: 9 TIPO: 16 10/12/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acesso em: 19 jan. 2018.

³⁹ Carta de "Roque Santeiro" à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: Lor9 DATA: 13/07/86 FORMUL: 453 DV: 0 TIPO: 14 13/02/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acesso em: 19 jan. 2018. (Termos em caixa alta como no original.)

⁴⁰ Carta de Denise Maria Susin à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: Loo1 DATA: 14/04/86 FORMUL: 010 DV: 9 TIPO: 16 10/12/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acesso em: 19 jan. 2018.

Pescadores, uma classe marginalizada neste país”, denunciou a expulsão de lavradores de suas terras em Godofredo Viana (MA), onde morava, e sentenciou: “Minha sugestão é justiça”. Escrevendo ao deputado Ulysses Guimarães, diz que deveria escrever a um político de seu estado, mas não confia em nenhum deles. E explica:

Eu conheço São Luís, onde já vi e ouvi cenas e conversas absurdas em termo de política. Dessa lembrança vem-me outras daquele Presidente Francês que disse: "o Brasil não é um país sério". Imaginemos se ele conhecesse o Maranhão. Aqui em meu município, Sr. Deputado, é uma Pátria ou berço real de Senhorzinho Malta, o coronel corrupto de Asa Branca. Aqui chegamos a ver vários capítulos da novela Roque Santeiro, porém, a energia daqui como outros meios de progresso, é de pior qualidade.⁴¹

Sebastião de Oliveira também tinha apenas o 1º grau e igualmente pôde perceber os vínculos entre realidade e ficção. Morador de Campos do Jordão (SP), 30-39 anos, casado, 3-5 salários, reivindica, entre outras, que seja feita uma lei “que prenda os tais ‘Colarinhos brancos’, provocadores dos escândalos com o dinheiro do povo” e “Que as Leis, sejam realmente cumpridas, sem exceção entre ricos e pobres. O que acontece atualmente, está igual ao final da novela Roque Santeiro”.⁴² Assim como Oliveira, José Roberto de Souza, 25-29 anos, 2-3 salários, casado, 2º grau incompleto, residente em Marechal Deodoro (AL), asseverava:

Vamos acabar com a corrupção que toma conta de 80% dos municípios brasileiros. Fazer com que os tribunais de contas, funcionem mesmo, botando na cadeia todos os ladrões, vestidos de gente fina e metendo a mão no dinheiro público, roubando a nossa NAÇÃO e enganando os coitados dos funcionários municipais, a exemplo de minha cidade que paga mal ao pobrezinho do funcionário (CR\$ 230.000 a 330.000), inferior ao salário. Outra sugestão minha é com respeito ao político que só sabe o que é um "o", porque toma café em uma xícara. Vamos pôr numa

⁴¹ Carta de Alder Mário Monteiro Pereira à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: Lo31 DATA: 02/03/86 FORMUL: 763 DV: 5 TIPO: 14 26/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acesso em: 19 jan. 2018.

⁴² Carta de Sebastião de Oliveira à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: Lo16 DATA: 24/02/86 FORMUL: 400 DV: 1 TIPO: 16 19/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acesso em: 19 jan. 2018.

prefeitura uma pessoa que tenha no mínimo a oitava série do 1º grau, pessoa esclarecida e não um semi-analfabeto, como certos coronéis ou certos sinhozinhos malta, personagem do "Roque Santeiro".⁴³

As cartas e a imprensa televisiva

A construção do popular também fora operada pela imprensa. Em razão das limitações de um artigo, vejamos alguns exemplos apenas da imprensa televisiva (mais especificamente da *Rede Globo*, pois tinha maior audiência). Uma das evidências de que a televisão ajudava a pautar a agenda política das classes populares – assim como delas recolhia suas pautas – está na carta de Marlete Iolanda Prescinato, 20-24 anos, solteira, até 1 salário, 1º grau, residente em Cambira (PR), para quem o país necessitava de “mais verbas para educação” para instruir as pessoas, pois sabendo votar não seriam mais “compradas por ambiciosos”. Para ela, “precisa-se de pessoas mais honestas no poder, pois a corrupção, pelo que víamos na TV corria solta”.⁴⁴

Ao exibir ao país retratos de situações de extrema miséria, os meios de comunicação contribuíam – ainda que a revelia de suas próprias intenções – para tornarem as pessoas mais críticas quanto ao governo e aos poderosos. E maispositoras. Cássia Palha (2007, p. 211), em sua tese sobre o programa jornalístico *Globo Repórter*, por exemplo, reproduz a fala do apresentador Sérgio Chapellin, o qual narra que “durante dez dias repórteres e cinegrafistas percorreram doze mil quilômetros de estradas poeirentas, viram cidades invadidas, açudes sem água, gente sem comida, gado e plantações mortos”. Diante do relato, é de se supor que os telespectadores poderiam concluir que era caótica a existência de grande parte da sociedade brasileira.

O programa *Globo Repórter* também foi lembrado em algumas cartas, como na enviada por Germano Rosa, 30-39 anos, casado, 1-2 salários, sem instrução declarada, morador de Florianópolis (SC). Ele sugere que os constituintes discutam diversos temas, entre eles “Reforma agrária já, Problemas do menor abandonado (globo reporter,

⁴³ Carta de José Roberto de Souza à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L012 DATA: 24/02/86 FORMUL: 294 DV: 6 TIPO: 14 19/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acesso em: 19 jan. 2018.

⁴⁴ Carta de Marlete Iolanda Prescinato à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L007 DATA: 20/02/86 FORMUL: 153 DV: 9 TIPO: 10 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acesso em: 15 jan. 2018.

13/08/86)".⁴⁵ Maria Célia Alves da Cruz, 20-24 anos, solteira, 2º grau incompleto, sem informação de renda, moradora em Mauá (SP), também indicou a edição de 13 de agosto de 1986, que tratou dos menores abandonados. Em sua fala sobre a condição deletéria daquelas crianças, afirma que ela e seus amigos estavam revoltados como o que ocorria “porque tem muito bacana aí que sabe o que anda acontecendo, mas que não quer ver”.

Assistindo ao Globo Repórter que foi exibido no dia 13 sobre os meninos de rua, me comovi bastante. Eu acho que isso não pode continuar, tantas criancinhas abandonadas, vivendo na Praça da Sé, dormindo em baixo de pontes, expostas a chuvas, frio, e sem ter o que comer. Se isso continuar, essas crianças serão os futuros marginais. Eu acredito que a Constituinte é a lei máter que pode reger uma Nação e espero uma Constituição, no nosso País, comece tomando uma decisão solucionar a vida dessas crianças, que ainda são uma semente. Por que não fazer como no Rio de Janeiro, que fizeram o Brizolão, uma casa onde tenha escolas, recreações, comida para essas crianças que tanto necessitam. Essas crianças precisam estudar. Tantos professores formados que estão sem emprego, e poderiam ser úteis. Sou estudante do 20. ano Magistério, e não só eu, como meus amigos, estamos revoltados, decepcionados com a nosso estado, porque tem muito bacana aí que sabe o que anda acontecendo, mas que não quer ver. Tem uma coisa, FEBEM só deixa a criança mais revoltada e mais bandido.⁴⁶

O discurso de Rogério Kretschme, morador de Coronel Bicaço (RS), 20 a 24 anos, solteiro, 2-3 salários, 2º grau incompleto, indica o quanto a leitura que os populares fizeram das notícias que a imprensa veiculava poderia ser distinta que a mesma gostaria de incutir em sua audiência. No caso, ele é um telespectador de órgãos da grande imprensa afirmando que consegue perceber a exploração capitalista dos grandes nos pequenos justamente ao acompanhar os seus noticiários.

⁴⁵ Carta de Germano Rosa à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: Lo27 DATA: 28/07/86 FORMUL: 668 DV: 7 TIPO: 10 24/03/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acesso em: 19 jan. 2018.

⁴⁶ Carta de Maria Célia Alves da Cruz à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: Loo4 DATA: 18/08/86 FORMUL: 095 DV: 6 TIPO: 14 14/04/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acesso em: 15 jan. 2018.

Acompanho diariamente pelo "zero hora" e também um pouco pela "TV" (Jornal Nacional), todos os itens [sic] que neles contém, esportes, políticas, etc, Mas, principalmente a economia do País, que no momento é o que mais nos afeta. Facilmente podemos chegar a conclusão de que estamos envolvidos pelo capitalismo. "Aos poucos, os grandes vão terminando com os pequenos".⁴⁷

Sônia Fola Sardinha, 40-49 anos, casada, 1-2 salários, 1º grau*, moradora de São José do Rio Preto (SP), foi outra telespectadora do *Jornal Nacional* que tomou posição pelos oprimidos frente aos opressores:

Pelo amor de Deus, acabe com esta violência da TV (ex: Os funcionários da prefeitura de S.Paulo, tirando as mercadorias dos marreteiros (camelos), tirando a força, agredindo, que o Brasil inteiro viu no Jornal Nacional). Estes que estão por aí roubando, matando, estuprando, não são tratados com violência; quando o brasileiro vira marginal é porque estava trabalhando e é agredido pela violência dos cidadãos [sic] como na TV. Porque o Sr. Sílvio Santos é respeitado? Por que é rico?⁴⁸

Anônimo telespectador do *Jornal Nacional* e morador de Guaraí (GO), 30-30 anos, casado, 1-2 salários, 1º grau, denuncia que "os deputados e senadores e ministros, são os que mais violam as leis". E prossegue:

São os que recebem os gordos salários sem trabalhar, que recebem as famosas gratificações por seção se um comparecer a camara ou senado. Que só empregam parentes ou amigos por interesse, sem um concurso público disputando uma vaga honestamente. Acho uma vergonha este nosso país que nossos representantes não tem um ideal só querem serem eleitos para desfrutar de privilégios.⁴⁹

⁴⁷ Carta de Rogério Kretschme à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L110 DATA: 30/02/86 FORMUL: 236 DV: 4 TIPO: 14 09/12/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acesso em: 19 jan. 2018.

* Corresponde atualmente ao Ensino Fundamental.

⁴⁸ Carta de Sônia Fola Sardinha à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L027 DATA: 06/07/86 FORMUL: 657 DV: 2 TIPO: 14 04/02/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acesso em: 19 jan. 2018.

⁴⁹ Carta anônima à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L005 DATA: 27/07/86 FORMUL: 114 DV: 8 TIPO: 40 07/03/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acesso em: 19 jan. 2018.

Akihiro Furukawa, 40-49 anos, casado, 5-10 salários, 1º grau, morador de Campina da Lagoa (PR), disse ter escrito sua carta após acompanhar o jornalístico: “Acabo de assistir no Jornal Nacional, e fiquei revoltado com o que aconteceu em São Caetano do Sul – SP”. Furukawa se referiu a uma matéria que trazia um caso de corrupção na referida cidade, e condenou os “crimes de ‘colarinho branco’”. Ele defendeu que “a Constituinte deveria tomar providências e punir com rigidez essa espécie de crime” e demonstrou sua profunda indignação para a diferença de tratamento entre pobres e ricos (um dos elementos formadores e característicos das classes populares), bem como sua desconfiança quanto à punição aos corruptos:

A pena para os criminosos não deveria ser diferenciada do pobre para o rico. Porque não fazer uma pesquisa ou uma votação sobre estes assuntos? É muita injustiça que eu vejo, que eu leio e que eu ouço aqui no Brasil. Espero que realmente exista o céu e o inferno após a morte.⁵⁰

Entre os 68.581 missivistas que declararam escolaridade, apenas 1.850 afirmaram ter pós-graduação, como uma anônima moradora do Rio de Janeiro (RJ), 30-39 anos, solteira, 3-5 salários, que, à exemplo de Furukawa, demonstrou ter vívida imagem da desigualdade brasileira, pois reivindicava: que “a futura Constituição garanta os direitos humanos dos brasileiros, tão agredidos e violentados há tanto tempo”; que a Carta Magna “não seja em função das minorias poderosas, em detrimentos do cidadão trabalhador brasileiro”; que não seja o Brasil “colônia disfarçada de países ricos e desenvolvidos”; “que os crimes dos grandes não continue [sic] a ficar impunes, para a vergonha geral”.⁵¹ Por outro lado, Edmundo Mendes da Silva, 40-49 anos, casado, 3-5 salários, residente de Isaías Coelho (PI) que não completara o 1º grau, tinha a mesma percepção: “Que seja uma Constituinte mais humana entre os Ricos e Pobres, sem distinção de Raças ou Classes”.⁵²

⁵⁰ Carta de Akihiro Furukawa à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: Lo27 DATA: 04/07/86 FORMUL: 658 DV: 0 TIPO: 10 10/02/87. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acesso em: 19 jan. 2018.

⁵¹ Carta anônima à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: Lo16 DATA: 21/02/86 FORMUL: 396 DV: 2 TIPO: 14 04/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acesso em: 17 jan. 2018.

⁵² Carta de Edmundo Mendes da Silva à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: Lo09 DATA: 24/02/86 FORMUL: 219 DV: 4 TIPO: 13 19/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acesso em: 17 jan. 2018.

Considerações finais

Recentemente, a Fundação Perseu Abramo realizou uma pesquisa qualitativa sobre o imaginário social dos moradores da periferia de São Paulo, questionando as pessoas acerca de “fenômenos como o avanço do consumo, do neopentecostalismo e do empreendedorismo popular”. Dentre as conclusões, afirma que “no imaginário da população não há luta de classes; o ‘inimigo’ é, em grande medida, o próprio Estado ineficaz e incompetente, abre-se espaço para o ‘liberalismo popular’ com demanda de menos Estado”.⁵³ Como se vê, passados trinta anos das lutas na e pela Constituinte, temos uma sociedade em grande medida diversa daquela, por razões que não nos cabe aqui discutir. De fato, a julgar pelos registros e pela argumentação presentes neste artigo, a sociedade brasileira nos anos da Constituinte era mesmo muito distinta da atual.

O exame das cartas e o cotejo com outros registros contemporâneos a elas aponta que a democracia era percebida como o estabelecimento de justiça social – a redução (ou eliminação) da desigualdade entre ricos e pobres, o repúdio à exploração dos poderosos –, em acordo com o perfil radicalizado que as classes populares construíram desde, pelo menos, meados dos anos 1970, na esteira do desencanto com a ditadura e da oposição a ela. Na fase final da ditadura, a campanha pelas eleições diretas para a Presidência (1984), e, em seguida, os eventos envolvendo a eleição e a morte de Tancredo Neves (1985) e as mobilizações em torno do Plano Cruzado (1986) – já na chamada Nova República – levaram milhões de brasileiros às ruas, com cobertura intensa dos meios de comunicação. Estes, por sua vez, ajudaram a promover – à sua revelia – a inibição das diferenças entre diversos indivíduos e grupos sociais, irmanados que foram pelas experiências excludentes vivenciadas coletivamente – seja pessoalmente, seja “por tabela”, isto é, via meios de comunicação e outros organismos, como sindicatos, partidos políticos, comunidades eclesiais de base e associações de bairro.

Naquele momento da história brasileira, era comum que os que participavam de quebra-quebras nas grandes cidades quanto os que, das cidades do interior, encaminhavam suas cartas aos constituintes, compartilhassem diversos valores em termos de sua cultura política. Daí não nos surpreendermos com o discurso e os atos de Pedro Couto, 31 anos, ajudante de pedreiro, morador de São Gonçalo (RJ), que participou do apedrejamento do ônibus de José Sarney e sua comitiva no Centro do Rio de Janeiro (RJ).

⁵³ Pesquisa realizada no primeiro trimestre de 2017. Percepções na periferia de São Paulo. Imprensa e público. Fundação Perseu Abramo. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2017/03/25/percepcoes-na-periferia-de-sao-paulo/>. Acesso em: 19 jan. 2018.

Couto afirmou que passava ali e ouviu que os manifestantes gritavam “algumas verdades”.⁵⁴ Em seguida, explicou:

Eu não queria jogar pedra, mas estava tudo ali, à mão. Peguei umas três, mas só ia jogar se alguém jogasse. Todo mundo tem raiva desse pessoal que faz a gente passar fome para dar dinheiro aos seus cupinchas. Eu só ia xingar, mas fiz melhor. De agora em diante, eles vão pensar duas vezes antes de roubar o salário da gente.⁵⁵

Se compararmos o discurso de Pedro Couto com o da jovem Andréa Andrade de Melo, 15-19 anos, solteira, 2º grau, moradora de Pará de Minas (MG), vemos o quanto se assemelham: há o lado do povo e o lado dos poderosos, os bons e os maus, a nação e os seus inimigos.

O Problema do Brasil, que hoje, para, mim é o mais sério, é o desemprego que gera, o ódio, que gera a violência, a miséria e gera muito mais coisas. (...) Quanto ao salário, hoje em dia, ou sempre aconteceu, os "mais", os chefes, os líderes não fazem nada e querem mais e mais. Os que lutam, que criam, que fazem e produzem não ganham, há aí uma injustiça social. Pense Isto é só o começo dos problemas.⁵⁶

Dentre as diversas evidências do comportamento classista dos populares, lembremos que no triênio 1986-88, entre o início da mobilização nacional pela Constituinte à sua promulgação, ocorreram 6.588 greves (FORTUNATI, 1987, p. 24; OLIVEN, RIDENTI & BRANDÃO, 2008, p. 133) e inúmeros abaixo-assinados, passeatas, quebra-quebras, saques e diversas outras formas de protesto social e político. Entre os abaixo-assinados, por exemplo, destacam-se as emendas populares, que perfizeram 12.265.854 assinaturas. Como estavam cadastrados 69.166.810 eleitores para as eleições de 1989, e cada eleitor poderia

⁵⁴ As verdades às quais se referiu o pedreiro foram: “O povo não é bobo, abaixo a Rede Globo”; “Sarney é um ladrão. Pinochet do Maranhão”; “Sarney é salafrário. Está roubando o meu salário”; “Ali Babá. O povo quer votar”; “O povo não esquece. Sarney é PDS” – bem como o pleonasma “Piuí... Piuí”, jocosa (e raivosa) alusão ao escândalo de corrupção da ferrovia Norte-Sul. Vide “Militantes apedrejam o ônibus da comitiva de Sarney”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 26 jun. 1987, p. 14 e; “O governo apedrejado. Numa visita ao Rio, Sarney sofreu a pior manifestação contra seu governo, entre insultos, vaias e o apedrejamento do seu ônibus.” *Revista Veja*. São Paulo, 1º jul. 1987, p. 19.

⁵⁵ “O governo apedrejado. Numa visita ao Rio, Sarney sofreu a pior manifestação contra seu governo, entre insultos, vaias e o apedrejamento do seu ônibus.” *Revista Veja*. São Paulo, 1º jul. 1987, p. 24.

⁵⁶ Carta de Andréa Andrade de Melo à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L122 DATA: 23/02/86 FORMUL: 543 DV: D TIPO: 10 11/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acesso em: 17 jan. 2018.

assinar até três emendas, pode-se dizer que até 18% dos eleitores envolveram-se mais diretamente com a elaboração da nova Carta (MICHILES, 1989, p. 104), o que constituiu “uma experiência (rara) de participação política”, nas palavras de Michiles, “onde todos os setores da sociedade civil brasileira tiveram potencialmente a possibilidade de expressar sua força e poder de mobilização, através das emendas populares apresentadas à Constituinte” (1989, p. 115).

Todas as mobilizações e protestos (incluindo as cartas aqui analisadas) – vinculadas ao não à Constituinte – favoreceram a ação coordenada dos movimentos sociais e partidos políticos – PT, PDT, PCdoB, PCB, PSB e setores do PMDB – no Congresso. Ao final conseguiram impor muitas pautas da agenda política popular, que se achava em perigo diante da composição centrista do Congresso Nacional eleito para elaborar a Constituição.⁵⁷ Em razão das lutas e do apoio das classes populares, o documento final “refletiu as principais demandas de trabalhadores organizados em sindicatos e movimentos sociais” (OLIVEN, RIDENTI & BRANDÃO, 2008, p. 133), com ganhos inequívocos para os populares. Tais conquistas só foram tornadas possíveis pela atípica formação que aquelas classes tinham à época, cujo perfil radicalizado foi capaz de fazer com que até mesmo indivíduos, grupos, partidos e organizações que não se encontravam no campo ideológico popular (e até se a ele se opunham) tivessem que incorporar/adaptar o seu discurso e/ou inibir várias de suas ações e suas falas antipopulares.

Na atualidade, diversos indivíduos e grupos econômicos e políticos e seus associados – empresas de comunicação – criticam os elementos distributivistas presentes na Magna Carta, e apontam para a necessidade de sua revisão. E as críticas que sofre derivam justamente de ter sido concebida sob:

representativo e oxigenado sopro de gente, de rua, de praça, de favela, de fábrica, de trabalhadores, de cozinheiros, de menores carentes, de índios, de posseiros, de empresários, de estudantes, de aposentados, de servidores civis e militares, atestando a contemporaneidade e autenticidade social do texto que ora passa a vigorar. Como o caramujo, guardará para sempre o bramido das ondas de sofrimento, esperança e reivindicações de onde proveio.⁵⁸

⁵⁷ “Centro domina a Constituinte”. Os eleitos. Quem é quem na Constituinte. Folha de S. Paulo. São Paulo, 19 jan. 1987, p. B-1.

⁵⁸ Discurso do presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães (PMDB-SP), na cerimônia de promulgação da Constituição Federal, em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/25-anos-da->

Hoje, portanto, na esteira de outra conformação social em que se destaca um enorme contingente de brasileiros que não reconhece as distinções de classe – e a exploração decorrente disto – como um dado relevante da realidade, nossa sociedade vivencia mudanças legais (entre outras) que muito provavelmente nos anos 1980 seriam tidas como inaceitáveis pelos setores mais pobres e pelos setores médios, mas que, em nossos dias, para muitos – incluindo muitos trabalhadores –, são sinônimo de progresso. Àqueles anos, o cordelista Raimundo Santa Helena estava, como quase todos, indignado com as injustiças em série vivenciadas pela população e, portanto, olhava o cenário pintado com as cores classistas: “Se tem o Salário Mínimo/ Toda remuneração/ Deve ter o Salário Máximo/ Pois esta situação/ Assim não pode ficar:/ Rico come caviar/ E pobre lambe sabão...”⁵⁹ Será que, na atualidade, a desigualdade denunciada por Santa Helena deixou de ser, objetivamente, uma questão social relevante?

Referências bibliográficas

- ASSIS, Charleston José de Sousa. **Experiências cruzadas: a participação popular no Plano Cruzado em perspectiva histórica**. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.
- BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean François. **Por uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.
- BRANDÃO, Gildo Marçal; OLIVEN, Ruben George; RIDENTI, Marcelo (orgs.). **A Constituição de 1988 na vida brasileira**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild: ANPOCS, 2008.
- BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.
- _____. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- FERREIRA, Jorge Luiz. **A cultura política dos trabalhadores no primeiro governo Vargas**. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 3, n. 6, 1990. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/73.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2018.
- FORTUNATI, José. **A estratégia do engodo: do Cruzado ao pacto social**. Porto Alegre: Tchê!: 1987.

constituicao-de-1988/constituente-1987-1988/pdf/Ulysses%20Guimaraes%20-%20DISCURSO%20%20REVISADO.pdf. Acesso em: 20 jan. 2018.

⁵⁹ SANTA HELENA, Raimundo. Nossos dias são iguais... O que fica pra depois talvez fique pra jamais! In: SANTA HELENA, Raimundo. *Torturados e a moral dos calados*. LC9177. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=CordelFCRB&PagFis=40501>. Acessado em 20 jan. 2018.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. 5ª ed. São Paulo: Loyola, 2001.

HOBBSAWM, Eric John. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KOTSCHO, Mara Nogueira. **A cabeça do brasileiro: uma análise das pesquisas de opinião pública**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

LAMOUNIER, Bolívar (org.). **Ouvindo o Brasil: uma análise da opinião pública brasileira hoje**. São Paulo: Editora Sumaré: Instituto Roberto Simonsen, 1992.

LEONELLI, Domingos; OLIVEIRA, Dante de. **Diretas Já: quinze meses que abalaram a ditadura**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

MICHILES, Carlos et. al. **Cidadão constituinte: a saga das emendas populares**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

PALHA, Cássia R. Louro. **O povo e a TV: construções do popular na história do Globo Repórter (1973-1985)**. Tese (Doutorado em Comunicação Social). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.



Recebido: 28 de janeiro de 2018

Aprovado: 10 de junho de 2018